PROJETO PESQUISA QUILOMBO - GUIA TEMÁTICO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE QUILOMBOS NOS ACERVOS DIGITAIS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA E CEARÁ

Silvana da Silva Santana de Almeida [1], Rafael Palermo Buti [2]

RESUMO

O Projeto Pesquisa Quilombo propõe contribuir para a valorização da temática quilombola através da construção e disponibilização de um Guia Temático Digital sobre a produção acadêmica quilombola nas Universidades da Bahia e Ceará. Para tal, o projeto se estruturou a partir de três eixos: 1) pesquisa nos acervos acadêmicos e construção da plataforma digital; 2) discussão da literatura sobre quilombos; 3) interlocução com as comunidades quilombolas do Recôncavo da Bahia. O primeiro eixo diz respeito à pesquisa aos acervos das universidades públicas dos Estados do Ceará e da Bahia e construção do Guia Temático Digital Quilombola. A plataforma conta com uma metodologia de rastreamento e inclusão dos dados por tipos de produção e eixos temáticos. Foram mapeadas 14 universidades da Bahia e do Ceará, contabilizando um total de 229 obras publicadas. No segundo eixo foram discutidos textos de relevância histórica e atual da temática quilombola, com ênfase nos temas sobre território, história e educação. Privilegiamos a importância das autorias negras e/ou quilombolas no debate, bem como literatura sobre Educação, Território e Movimento Quilombola. O terceiro eixo ficou reservado a interlocução com as comunidades quilombolas da região, a partir tanto de visitas e vivências nas próprias comunidades, quanto da participação em espaços de promoção dos direitos. Foram visitadas as comunidades de Dom João, São Brás e Rio dos Macacos, além de participação em Audiências Públicas. A partir do tripé acervos acadêmicos, discussão da literatura e interlocução com as comunidades, nos propusemos a fomentar um debate que valorize a história e a realidade quilombola desde suas várias dimensões, em nível dos saberes e demandas locais, da produção acadêmica sobre os mesmos, e das autorias negras que figuram como importantes interlocutoras do debate.

Palavras-chave:

Quilombos. Acervos Quilombola. Guia Temático Digital. universidades brasileiras. Produção Acadêmica Quilombola.

[1] UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, MALÊS, Discente, e-mail: siupm@hotmail.com
[2] UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, MALÊS, Docente, e-mail: rafaelpbuti@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O Projeto Pesquisa Quilombo propõe a criação de um Guia Qualificado Digital sobre produção acadêmica quilombola no Brasil, com foco nos Estados da Bahia e do Ceará. A ideia é mapear e disponibilizar a produção acadêmica dos acervos digitais das universidades públicas desses dois Estados. Em colaboração com um projeto já desenvolvido nas universidades dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina no âmbito da criação da plataforma Afro-Digital do Ministério da Cultura (2013-2015), a interface digital está em fase de desenvolvimento, e já conta com metodologia de pesquisa e formulários próprios para a migração, inclusão e classificação dos conteúdos. Trata-se de aplicar, para os Estados que sediam a UNILAB, uma metodologia de mapeamento de acervos, sistematização, classificação e análise de conteúdos sobre produção quilombola já desenvolvida em outros estados brasileiros, contribuindo para o fortalecimento de uma rede de pesquisa e ensino ligada à temática. O objetivo é que a ferramenta seja disponibilizada no site da UNILAB ainda no ano de 2018, com acesso irrestrito para fins de pesquisa, ação social e valorização da temática quilombola para um público geral formado por discentes, docentes, quilombolas, operadores do direito, movimentos sociais, educadores, dentre outros. Além da pesquisa nos acervos universitários e produção da plataforma, o projeto esteve assentado em mais dois eixos de atividade: análise da literatura sobre quilombos no Brasil e interlocução com algumas comunidades quilombolas do Recôncavo da Bahia. A ideia foi conjugar às atividades de elaboração da plataforma digital um conjunto de práticas e saberes ligados aos contextos quilombolas do Brasil de hoje, fomentando a articulação entre pesquisa, ensino e extensão.
Sobre os Quilombos no Brasil

A história dos quilombos, no Brasil, acompanha e se confunde com a própria história do Brasil. Desde que a escravidão transatlântica africana foi referendada pelo império português a partir de suas ordenações jurídicas, o quilombo figura como estratégia, referência, modo e lugar de resistência e resiliência dos milhões de afro-brasileiros na diáspora. Palavra de origem banto traduzida como “acampamento” e remetida às instituições guerreiras formadas na região da África Central, o quilombo foi trazido para as Américas tão logo a chegada das primeiras levas de africanos aqui ingressos a partir de 1538, conformando uma das principais estratégias de resistência ao escravismo (GOMES 2011; GRINBERG e PEABODY 2013). A abolição da escravidão no ano de 1888 não implicou a desarticulação das estratégias de resistência do povo negro, o que prova que o marco legal do fim do escravismo brasileiro não correspondeu à emancipação social do negro nas malhas do que podemos considerar a principal herança do escravismo: o racismo e a exclusão social.
Sob essa herança foi também preciso resistir e no decorrer do século XX articular o quilombo mesmo diante da invisibilidade jurídica abatida por sobre a temática racial, negra e africana no Brasil no contexto anterior à Constituição Federal de 1988. Foram justamente os desdobramentos da Constituição Federal de 1988 os que marcaram uma nova ordem jurídica e social em torno do direito à diversidade étnico-racial no Brasil. O quilombo não ficou de fora. Foi a partir das condicionantes dispostas pelo artigo 68 dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias e pelo Decreto 4887 de 2003 que o termo deixou de ser lugar de criminalização às resistências negras remetida a um passado colonial excludente para adentrar na esfera da cidadania e da identidade e diversidade nacionais em um Estado Democrático de Direito. É nesse sentido que o quilombo deixa de ser juridicamente pensado como um "outro" da nação, criminoso, sem direito e extemporâneo, para traduzir a condição das milhares de comunidades negras do Brasil de hoje. A entrada desses sujeitos na arena dos direitos acompanha de forma exponencial a reformulação das agendas temáticas da historiografia e da antropologia social, que fizeram do quilombo um dentre seus principais e inovadores campos de reflexão acadêmica (XAVIER, 2007; BUTI, 2015). Dados disponibilizados pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pela Fundação Cultural Palmares informam a existência de aproximadamente 3.500 comunidades quilombolas existentes no Brasil, dentre as quais 2.007 certificadas pela Fundação Cultural Palmares e 1.167 com processo administrativo para fins de regularização fundiária aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Destas, apenas 121 possuem títulos definitivos emitidos pelos órgãos oficiais, abrangendo entorno de 0,12% do território nacional. De acordo com a Fundação Cultural Palmares, no Estado da Bahia encontram-se 614 quilombos certificados, perfazendo o terceiro maior número de comunidades em um Estado da Federação. Destas, apenas 20 comunidades tiveram seus territórios titulados. No Ceará estão localizadas 42 comunidades cerificadas, sendo 10 o número de

territórios titulados.(http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/index.vm?eixo=1).

Sobre a temática quilombola nas universidades

As universidades brasileiras atuam como agentes fundamentais no cenário de promoção dos direitos às comunidades quilombolas em território nacional. Juntamente com os sujeitos do direito quilombola, movimentos sociais, sociedade civil e agências estatais, os professores e alunos vinculados às Universidades brasileiras têm atuado de forma importante na produção do conhecimento, valorização e promoção dos direitos das comunidades quilombolas que muito recentemente passaram a figurar como beneficiários nas agendas das políticas públicas do Estado. Sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, que responsabiliza o Estado Nacional no tocante à proteção e promoção cultural e territorial dos grupos e minorias étnicas, os grupos quilombolas passaram a figurar como sujeitos de direito e interlocutores de pesquisa nas agendas temáticas das principais áreas de conhecimento científico. Além disso, desde o decreto 4887/03, a efetivação dos direitos quilombolas é mediada pela participação intensiva de antropólogos, historiadores e demais cientistas sociais responsáveis pela elaboração de relatórios técnicos que subsidiam, para a esfera pública e judicial, o pleito dos quilombos do Brasil de hoje com processos administrativos abertos nos órgãos competentes. O que têm permitido trazer para o campo de produção acadêmica a própria reflexão da atuação dos profissionais na arena dos direitos quilombolas.

A crescente valorização desses grupos no plano político e de reconhecimento vem acompanhada do crescente número de linhas e grupos de pesquisa e pesquisadores preocupados com o tema. Temas referentes à especificidade sociocultural dos grupos, a história dos mesmos e da escravidão, a situação jurídica e fundiária de seus territórios, elementos de sua biodiversidade, qualidade do solo, situação trabalhista e modos de produção agrícola, direitos étnicos, etnomatemática, etno-mapeamento, conflitos socioambientais e territoriais, racismo ambiental e institucional, história ambiental, violência no campo e na cidade, racismo, pobreza, exploração no trabalho, diáspora e cultura africana, escola, políticas públicas, implementação da Lei 10639-2003, relação com o Estado e movimentos sociais, dentre outros, são alguns dos tantos temas abordados por centenas de pesquisas no tocante às comunidades quilombolas nos últimos vinte anos.

METODOLOGIA

Ao longo do período de realização do projeto, as atividades estiveram organizadas em três eixos: 1) Leitura e discussão da literatura acadêmica sobre quilombos; Interlocução com algumas comunidades quilombolas do Recôncavo da Bahia; 3) Pesquisa nos Acervos Digitais das Universidades Públicas do Ceará e da Bahia e Elaboração da Plataforma Digital. Abaixo segue um roteiro essas três etapas:

Eixo 1 - Leitura e discussão da literatura acadêmica sobre quilombos

A cada dois meses a equipe lia e discutia um livro sobre a temática quilombola. A intenção foi promover o amplo conhecimento da discussão sobre quilombos em uma perspectiva tanto histórica quanto atual. Dos textos discutidos, destacam-se os produzidos por autorias negras, como Beatriz Nascimento (“Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso”, de 1982 e “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra,” 1985) e Nego Bispo (“Quilombos: modos e significações”, de 2016). Além destes foram discutidos textos que versem sobre o Movimento Quilombola no Brasil de hoje (Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro, de Bárbara Oliveira Souza, 2008) e o debate sobre Educação Quilombola (Dossiê Educação Quilombola, organizado por José Maurício Arruti, 2016). O material consultado permitiu um maior conhecimento sobre a agenda de debates da temática quilombola, fomentando as atividades junto a algumas comunidades quilombolas.

Eixo 2 - Interlocução e Visitas às Comunidades Quilombolas e outros Espaços de discussão

As atividades de pesquisa do acervo e elaboração da plataforma digital foram também acompanhadas por dinâmicas e vivências em algumas comunidades quilombolas da região. Foi realizado um roteiro de visitas nos quilombolas de Dom João (São Francisco do Conde-BA), São Brás (Santo Amaro-BA), Rio dos Macacos (Simões Filho-BA). As vivências ocorreram em diferentes contextos, compreendendo os espaços de formalização das lutas quilombolas por parte dos próprios grupos. Em Dom João e São Brás, acompanhamos,

periodicamente, as reuniões da Articulação Subaé, grupo formado por membros de quatro comunidades quilombolas de Santo Amaro e São Francisco do Conde junto ao Conselho Pastoral da Pesca (CPP) com a intenção de pautar os direitos quilombolas e das comunidades pesqueiras da região. No Rio dos Macacos participamos do Primeiro Seminário sobre Território, Água e Racismo Ambiental, ocorrido no dia 11 de novembro de 2018 ee organizado pela própria comunidade em colaboração com segmentos de outros movimentos sociais do Estado e operadores do Direito.

Eixo 3 – Pesquisa nos acervos da Universidades Públicas do Ceará e da Bahia e Elaboração da Plataforma Digital a partir das seguintes atividades.

Este é o principal eixo da presente proposta, que seguiu uma metodologia de atividades abaixo delineada:

1) Manutenção e Aprimoramento da Plataforma Pesquisa Quilombo; 2) Mapeamento das Instituições de Ensino Superior dos Estados da Bahia e do Ceará que possuem acervo com conteúdo quilombola; 3) Acesso ao banco de dados das Instituições de Ensino Superior mapeadas 4) Migração dos conteúdos para os formulários da Plataforma Pesquisa Quilombo; 5) Análise preliminar dos Dados.

Abaixo detalhamos cada um desses eixos de atividades.

1) Manutenção e Aprimoramento da Plataforma Pesquisa Quilombo;

A plataforma foi criada e desenvolvida pela equipe a partir da instalação e configuração do Servidor Web (servidor Apache2, banco de dados MySQL) e Sistema Gerenciador de Conteúdos Drupal. O acesso à ferramenta produzida está por agora restrito à equipe de colaboradores do projeto, no seguinte endereço eletrônico: http://104.131.195.217/. Para o presente projeto contamos com dois colaboradores programadores: um externo e outro interno, da Unilab, que auxiliou na manutenção e aprimoramento da ferramenta.

2) Mapeamento das Instituições de Ensino Superior dos Estados da Bahia e do Ceará que possuem acervo com conteúdo quilombola.

Essa etapa foi realizada via internet. As informações sobre cada uma das universidades foram arquivadas em documento word. Ao total, 14 foram as universidades públicas dos Estados do Ceará e Bahia que tiveram seus arquivos consultados pelo projeto.

3) Acesso ao banco de dados das Instituições de Ensino Superior mapeadas

Após fazer o mapeamento das universidades da Bahia e do Ceará, a equipe acessou, via internet, os sistemas de informação das respectivas instituições mapeadas, como, por exemplo, o Sistema Pergamum da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Ali, através de algumas palavras-chave, a equipe obteve informações sobre bibliografia quilombola, acessando as suas respectivas fichas catalográficas. As palavras-chave utilizadas pela equipe para rastrear a produção quilombola foram:

- quilombo, quilombos;
- comunidade quilombola, comunidades quilombolas;
- comunidade negra, comunidades negras;
- remanescente de quilombo, remanescentes de quilombos;
- comunidade tradicional, comunidades tradicionais

Uma vez mapeadas as obras quilombolas informadas pelo sistema das bibliotecas de determinada Instituição de Ensino Superior, a equipe acessou suas respectivas fichas catalográficas, copiando alguns de seus dados para os Formulários da Plataforma Pesquisa Quilombo.

4) Migração dos conteúdos para os formulários da Plataforma Pesquisa Quilombo.

Para que o conteúdo das informações contidas nas fichas catalográficas fossem transferidos para a Plataforma Pesquisa Quilombo, a equipe de pesquisa criou alguns Formulários. Os campos desses formulários foram criados como taxonomias, para que seus termos pudessem, quando salvos, virar metadados e gerar associações entre as obras. O processo de elaboração da plataforma consistiu em alimentar, através do acesso aos sistemas de informação digital das Instituições de Ensino Superior referidas, os Formulários produzidos pela equipe. Adiante explicaremos o conteúdo e a natureza desses Formulários.

Os Formulários para a Migração de Conteúdos

Feito o mapeamento das Instituições de Ensino Superior, bem como das obras quilombolas localizadas em seus acervos, a equipe inseriu o conteúdo em 12 Formulários criados pelo projeto. Esses formulários são

referentes:
I) aos tipos de obras acervadas, dentre os quais: Artigo, Livro, Coleção, Dissertação, Dossiê, História em Quadrinho, Periódico, Produção Audiovisual, Tese e Trabalho de Conclusão de Curso.
II) às comunidades quilombolas referenciadas nas obras, a partir do formulário "comunidades quilombolas".
Cada um desses formulários possui campos de preenchimento em comum e específicos de cada qual. Dos campos destacam-se: nome da obra, ano, título, curso ou programa de pós-graduação, autor, área do conhecimento, palavras-chave, assuntos. Há um campo que informa se a obra está ou não disponível online. Caso afirmativo, o link da obra é copiado no formulário. Há também um campo específico informando a comunidade quilombola pesquisada, para inclusão dos dados sobre a mesma através de um novo formulário intitulado "comunidades quilombolas". Nesse novo formulário, haverá campos específicos que trazem informação sobre a comunidade, tais quais, o nome, localização, coordenadas geográficas, Estado, situação jurídica das terras, situação junto ao INCRA e à Fundação Cultural Palmares. A totalidade do preenchimento das informações sobre a comunidade vem sendo feita através de uma pesquisa paralela ao campo do acervo das instituições, haja vista as fichas catalográficas não disporem de dados referentes aos campos ali organizados, tais quais: localização da comunidade, dados de georreferenciamento, se a mesma possui as terras tituladas, se possui processo administrativo aberto no INCRA, ou se é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A plataforma digital Pesquisa Quilombo está em fase de finalização e remodelagem para sua disponibilização no site da Unilab. Contando os acervos das universidades dos Estados de São Paula, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Ceará, já foram preenchidos um total de 861 formulários, referentes tanto aos tipos de obras publicadas quanto às comunidades referenciadas. Com os acervos consultados e seus conteúdos migrados para a plataforma, iniciamos um levantamento preliminar ligado ao campo de produção sobre os quilombos nas universidades públicas do Ceará e da Bahia. Ao total foram pesquisadas 14 universidades: 9 na Bahia e 5 no Ceará. Na Bahia trata-se da Universidade Estadual da Bahia, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade do Sudoeste da Bahia, Universidade Estadual Santa Cruz, Universidade Federal do Vale do São Francisco e Universidade Estadual de Feira de Santana. São as universidades do Ceará, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Estadual do Ceará, a Universidade Federal do Cariri e a Universidade Estadual do Vale do Acaraú. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira, embora sediada no Ceará, tem um campus fora de sede no Estado da Bahia. Por questões operacionais dos próprios acervos ou inexistência de sistemas de informação online, não pudemos rastrear os acervos da Universidade Federal do Sul da Bahia, da Universidade Estadual do Ceará, da Universidade Regional do Cariri e da Universidade Estadual do Vale do Acaraú.
Acessamos, portanto, os acervos digitais de 10 universidades: 8 na Bahia e 2 no Ceará. Nestas, foram contabilizadas 229 obras com a temática quilombola e das comunidades negras. 173 destas obras estão localizadas nos acervos baianos, e 56 nos acervos cearenses. Somados, Ceará e Bahia contabilizam uma média de 115 obras por Estado. Destacam-se em quantidade de obras acervadas nas duas principais universidades federais de ambos os Estados, a UFBA e a UFC: a primeira com 50 e a segunda com 48 obras. É a UFBA também quem mais dissertações de mestrado possui, com o total de 13, além de 1 tese de doutorado. A UFC possui 4 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado.
Outra importante referência diz respeito a principal universidade estadual da Bahia, a UNEB, onde foram mapeadas 47 obras, dentre as quais 5 dissertações de mestrado. Já a Universidade Federal do Vale do São Francisco possui um acervo de 14 obras quilombolas, sendo 7 trabalhos de conclusão de curso. A Universidade Estadual de Feira de Santana possui 24 obras acervadas, sendo 3 dissertações de mestrado. Nem UFRB, nem a Universidade do Sudoeste da Bahia e a Unilab possuem em seus acervos dissertações e monografias depositadas com a temática quilombola. A UFRB contabiliza 17 obras, a UESB 6 e a Unilab 8.
É válido mencionar que boa parte das dissertações, teses e monografias defendidas referem-se a pesquisas realizadas em comunidades quilombolas do Brasil de hoje, em grande medida localizadas nos próprios

estados das referidas universidades. Esse dado nos permite afirmar o caráter local e regionalizado das produções acadêmicas em nível de graduação e pós-graduação. Já os livros tendem a tematizar os quilombos do período colonial e escravista independentemente da localização, sendo repetidos em mais de um acervo.

As pesquisas mencionaram um total de 41 comunidades quilombolas localizadas nos Estados da Bahia e Ceará. Destas, 27 estão localizadas na Bahia, ao passo que 14 localizam-se no Ceará. Há também comunidades que estão fora dos Estados do referido acervo. Tomando como referência os dados produzidos pela plataforma, já é possível fazer pontes comparativas com os acervos das universidades públicas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, no qual foram analisadas 20 universidades. As universidades dos Estados da Bahia e Ceará contabilizam um número de acervo inferior aos acervos das universidades dos referidos Estados. O Estado de Santa Catarina é o que mais referências sobre obras quilombolas possui em seus acervos universitários: 264, seguido de São Paulo (235) e Paraná (133). Os três estados somados contabilizam, portanto, um total de 632 obras, em uma média de 210 obras por Estado. Nesses Estados foram contabilizados um total de 121 dissertações, 79 teses e 34 trabalhos de conclusão de curso.

Nos referidos estados foi contabilizado um total de 130 comunidades quilombolas referenciadas nas 632 obras, com destaque para os quilombos do Vale do Ribeira (Mandira, Ivaporunduva, Pedro Cubas e São Pedro, no Estado de São Paulo), além do quilombo dos Kalunga, em Goiás. Ivaporunduva possui 15 obras; Mandira, 10 obras; São Pedro, 13 obras; Pedro Cubas, 12 obras e Kalunga, 12 obras. Essas cinco comunidades tem seus territórios já titulados pelos poderes públicos, sendo referência da ação quilombola ainda nos anos 1990, quando o campo da agenda temática das ciências humanas passaram a incluir a questão quilombola. A visibilidade dessas comunidades no campo da reivindicação territorial e busca por direitos parece ter implicação no olhar da pesquisa social por sobre os mesmos. Este também é o caso do quilombo Frechal, no Maranhão, referência de 7 obras acadêmicas. Para o caso dos Estados da Bahia e Ceará, destaque para o quilombo do Rio das Rãs, a primeira comunidade quilombola titulada no Estado da Bahia. Ao todo 7 obras fazem referência ao referido quilombo. Outra comunidade baiana com destaque na agenda acadêmica é Rio dos Macacos, com um total de 5 obras referenciadas, todas localizadas nos acervos universitários baianos. Para o caso do Ceará, chama atenção as poucas referências aos quilombos desse Estado: os quilombos de Alto Alegre e Goiabeiras são dois casos, dentre outros, que trazem 2 referências de obras por comunidade.

Outro dado importante diz respeito ao número de comunidades pesquisadas em relação às autodeclaradas por Estado. Na Bahia há 614 comunidades declaradas quilombolas, diante de 42 no Ceará. Com relação aos acervos, 27 apenas 27 comunidades baianas foram mencionadas nas pesquisas, correpondendo a 4 % do total. No Ceará o número de comunidades pesquisadas é proporcionalmente maior: 14, correspondendo a aproximadamente 33 por cento das comunidades.

Outro dado importante diz respeito à área de conhecimento das obras, com ênfase na História, Antropologia e Educação. A História contabiliza um total de 282 referências; a Antropologia 111; a Educação 95 e o Direito 55 referências nos acervos, todos vinculados à Grande Áreas das Ciências Humanas. Na Grande área das Ciências Biológicas, destaque para a Biologia, com um total de 20 referências nos acervos, e a Genética, com 10 obras. Na Grande Áreas das Ciências Exatas, está a Matemática, com 3 obras referenciadas.

As informações produzidas através da plataforma ainda estão fase em análise. Através dela poderemos conhecer o campo de produção sobre quilombolas a partir de suas áreas de conhecimento, Estado, relação entre lugar de produção e localidade da comunidade, bem como os tipos de produção e informações sobre as comunidades quilombolas referidas. A plataforma digital tem previsão de estar disponibilizada no site da Unilab ainda neste ano de 2018, e servirá como um Banco de Dados Qualificado acerca da temática quilombola para o público geral.

CONCLUSÕES

O presente resumo buscou descrever o processo de pesquisa e resultados preliminares do Projeto Pesquisa Quilombo. Eles esteve baseado em três eixos: acervos, comunidades e análise bibliográfica. A pesquisa dos acervos e construção da plataforma Pesquisa Quilombo pretende contribuir para a valorização da produção de conhecimento sobre os quilombos, servindo como ferramenta pedagógica e de luta. As análises

preliminares indicam a necessidade de um maior efetivo de pesquisa nos contextos qulombolas dos Estados de Bahia e Ceará, tendo em vista as poucas referências às comunidades pesquisadas em relação ao número de quilombolos nesses Estados. A partir de diferentes eixos temáticas, as pesquisas contribuem para a valorização da história do negro do Brasil, subsidiando olhares e fomentando os direitos sobre os contextos quilombolas historicamente ignorados pelo poder público e pelo Estado Brasileiro.

AGRADECIMENTOS

O projeto agradece aos 12 meses da bolsa Pibic-Unilab.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. Dossiê Quilombos em Educação. Revista da FAEEBA. Vol. 26, n. 49, 2017.
BUTI, Rafael Palermo. A antropologia em contextos da Política e Ação Quilombola no Brasil Meridional: dois casos para estudo. Tese, PPGAS, UFSC, 2015
DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução a Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
GOMES, Flávio dos Santos. De Olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.
GRINBERG, Keila; PEABODY Sue. Escravidão e Liberdade nas Américas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
NASCIMENTO, Abdias. 1980. Quilombismo: documentos da militância pan-africanista. Petrópolis, Vozes.
NASCIMENTO, M. Beatriz. 1985. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Afrodiáspora Nos. 6-7: 41-49.
SOUZA, Bárbara Oliveira. Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. Dissertação de Mestrado, Antropologia, UBN, 2008.